

# **ANEXO**

## *Exercício de 2018*

### **1. Identificação da entidade:**

- 1 – Designação da entidade: Centro Social Paroquial São Maximiliano Kolbe
- 2 – Sede: Praça Dr. Fernando Amado, Lote 566, Loja C e D, Bairro Condado, 1950-091 Lisboa
- 3 – Natureza da actividade: Actividades de Apoio social para crianças, jovens e idosos, sem alojamento

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2018.

### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

#### 2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março.

#### 2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

#### 2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

#### 2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF-ESNL – divulgação transitória:

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - POICIPSS) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012.

Salientamos que as demonstrações financeiras do ano de 2012 foram as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as NCRF-ESNL.

### **3. Principais políticas contabilísticas:**

#### **3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção, nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer ao nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes desta mesma informação.

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a cabo de forma consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

### 3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

#### Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. De ressaltar que o custo histórico não inclui o respectivo valor do IVA nos casos em que foi solicitada a restituição deste imposto ao abrigo do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que estas reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas da seguinte forma:

Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento básico	1-6 anos
Equipamento Transporte	4 anos
Equipamento administrativo	6-10 anos
Outros Activos Fixos Tangíveis	4 anos

#### Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos. Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o Estado ou outro instituidor, ou a norma legal aplicável a cada entidade, estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

## Subsídios do Estado

Os subsídios do Estado são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

## Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

## Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.*

Assim, o Centro Social Paroquial São Maximiliano Kolbe encontra-se isenta de IRC ao abrigo do atrás descrito.

#### 4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário dos Órgãos Sociais sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2018	2017
Numerário	157,30	435,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	65.873,71	73.280,13
Outras disponibilidades	221.453,76	220.079,31
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>287.484,77</b>	<b>293.794,44</b>
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	<b>287.484,77</b>	<b>293.794,44</b>
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

#### 5. Activos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de activos fixos tangíveis:

Movimentos	Rubricas							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Saldo inicial:								
Valor de aquisição	0,00	128.165,82	143.215,69	50.758,00	72.373,86	10.495,01	0,00	405.008,38
Depreciação acumulada	0,00	-123.990,05	-141.526,51	-42.558,00	-68.620,18	-10.691,19	0,00	-387.385,93
Valor líquido inicial	<b>0,00</b>	<b>4.175,77</b>	<b>1.689,18</b>	<b>8.200,00</b>	<b>3.753,68</b>	<b>-196,18</b>	<b>0,00</b>	<b>17.622,45</b>
Movimentos do ano:								
Aquisições	0,00	7.564,50	453,26	0,00	2.105,27	0,00	0,00	10.123,03
Alienações/Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.497,00	0,00	0,00	-1.497,00
Depreciação do exercício	0,00	-1.002,08	-1.235,42	-4.100,00	-436,77	0,00	0,00	-6.774,27
Reg. da deprec. das alienações	0,00	0,00	-187,13	0,00	0,00	-196,19	0,00	-383,32
Total de movimentos	<b>0,00</b>	<b>6.562,42</b>	<b>-595,03</b>	<b>-4.100,00</b>	<b>171,50</b>	<b>196,19</b>	<b>0,00</b>	<b>2.235,08</b>
Saldo final:								
Valor de aquisição	0,00	135.730,32	143.668,95	50.758,00	72.982,13	10.495,01	0,00	413.634,41
Depreciação acumulada	0,00	-124.992,13	-142.574,80	-46.658,00	-69.056,95	-10.495,00	0,00	-393.776,88
Valor líquido final	<b>0,00</b>	<b>10.738,19</b>	<b>1.094,15</b>	<b>4.100,00</b>	<b>3.925,18</b>	<b>0,01</b>	<b>0,00</b>	<b>19.857,53</b>

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Existem activos (terrenos e edifícios e outras construções) dados como garantia de passivos, financeiros.

5.3 – Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período:

A depreciação dos activos fixos tangíveis reconhecida no ano é de 6.970,44 euros (6.774,27 euros de activos fixos tangíveis e 196,17 euros de activos ficos intangíveis).

5.4 – Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Não existem bens desta natureza.

## 6. Inventários:

6.1 – Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local actual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo valor mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

6.2 – Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

<b>Categoria de Inventários</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<u>Mercadorias:</u>		
Mercadorias	0,00	0,00
Valor final de Mercadorias	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<u>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:</u>		
Matérias-primas	679,92	398,00
Valor final de PTC	<b>679,92</b>	<b>398,00</b>
Valor bruto Inventários	679,92	398,00
Perdas por imparidade acumuladas Inventários	0,00	0,00
Valor líquido Inventários	<b>679,92</b>	<b>398,00</b>

6.3 – Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

<b>Natureza</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Inventário inicial	398,00	446,23
Compras	77.952,42	79.408,38
Reclassificação e regularização de inventários	45.663,29	37.286,42
Inventário final	679,92	398,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	<b>123.333,79</b>	<b>116.743,03</b>

## 7. Créditos a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de clientes é o seguinte:

Natureza	2018	2017
Cientes/utentes conta corrente	24.644,43	14.586,33
Cientes/utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00
Total bruto	<b>24.644,43</b>	<b>14.586,33</b>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total líquido	<b>24.644,43</b>	<b>14.586,33</b>
Adiantamentos de clientes*	3.985,05	3.709,53

\* considerado nos Outros passivos correntes

A exposição da Entidade ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Entidade de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Entidade entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. A 31 de Dezembro 2018 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe das outras contas a receber apresenta-se como se segue:

Natureza	2018	2017
Adiantamentos operações com outro pessoal	390,29	440,44
Devedores por acréscimos	0,00	0,00
Entidades devedoras por subsídios	0,00	0,00
Outros devedores	8.479,56	8.479,56
Total	<b>8.869,85</b>	<b>8.920,00</b>

## 8. Fundos Patrimoniais:

A variação ocorrida, nos anos de 2017 e 2018, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Próprios.

## 9. Fornecedores e outras contas a pagar:

9.1 — Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se da seguinte forma:

Natureza	2018	2017
Fornecedores conta corrente	10.990,76	18.739,78
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Total	<b>10.990,76</b>	<b>18.739,78</b>
Adiantamentos a fornecedores*	1.488,40	63,57
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Total	<b>1.488,40</b>	<b>63,57</b>

\* considerado nos créditos a receber

As outras contas a pagar decompõem-se em:

Natureza	2018	2017
Pessoal	1.623,07	1.519,34
Credores por acréscimos	100.028,74	94.189,74
Outros credores	4.741,00	14.047,18
Total	<b>106.392,81</b>	<b>109.756,26</b>



## 10. Estado e outros entes públicos:

A rubrica do Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	Activo corrente	Passivo corrente
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	5.240,75
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	14.199,75
Outras Tributaçãoes – FCT	0,00	98,61
Total	<b>0,00</b>	<b>19.539,11</b>

A Instituição não tem dívidas à Autoridade Tributária (AT) nem ao Instituto da Segurança Social.

## 11. Financiamentos obtidos:

Não existem financiamentos.

## 12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2018	2017
Prestações de serviços:		
Mensalidades e Inscrições	199.233,64	184.955,79
Quotizações	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Serviços secundários	105.521,52	112.566,70
Total de prestações de serviços	<b>304.755,16</b>	<b>297.522,49</b>
Outros rendimentos e ganhos:		
Rendimentos suplementares	54.012,49	41.630,50
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	6.285,98	6.444,88
Outros	14.696,54	2.070,38
Total de outros rendimentos e ganhos	<b>74.995,01</b>	<b>50.145,76</b>
Juros, dividendos e outros rendimentos:		
Juros obtidos	399,12	1.485,45
Total de Juros, dividendos e outros rendimentos	<b>399,12</b>	<b>1.485,45</b>

### 13. Subsídios, doações e legados à exploração:

13.1 — Política contabilística adoptada para os subsídios do Estado, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Estado são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Estado relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Estado relacionados com activos são inicialmente contabilizados nos Fundos patrimoniais e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do activo caso sejam activos depreciables ou amortizáveis, ou, mantidos nos Fundos patrimoniais, caso esses activos não sejam depreciables ou não amortizáveis.

13.2 — Natureza e extensão dos subsídios do Estado reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Estado de que directamente se beneficiou.

Os rendimentos provenientes dos Subsídios decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	576.631,61	542.796,63
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças (Donativos)	55.602,27	59.138,06
Outros	0,00	3.394,25
<b>Total</b>	<b>632.233,88</b>	<b>605.328,94</b>

As outras variações nos fundos patrimoniais respeitam a subsídios conforme se segue:

Descrição	2018	2017
<u>Subsídios:</u>		
Novo Equipamento - Creche	39.206,05	41.649,63
Marmitas	0,00	0,00
BPI Sénior	30.739,20	34.581,60
<b>Total</b>	<b>69.945,25</b>	<b>76.231,23</b>

13.3 — Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Estado que foram reconhecidas.

Não aplicável.

13.4 — Benefícios com valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

Não aplicável.

13.5 — Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos têm sido o Instituto da Segurança Social (através dos protocolos existentes), a Junta de Freguesia de Marvila e o Banco BPI através do Projecto BPI Seniores. Em termos de doações em géneros, o Centro tem sido apoiado pelo Banco Alimentar contra a Fome e a Entrajuda.

#### **14. Fornecimentos e serviços externos:**

Os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma:

<b>Natureza</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Serviços especializados	47.161,02	44.266,04
Materiais	6.801,27	11.359,28
Energia e fluidos	39.345,52	39.066,18
Deslocações, estadas e transportes	1.869,02	8.925,06
Serviços diversos	39.248,00	34.965,99
Total	<b>134.424,83</b>	<b>138.582,55</b>

#### **15. Gastos com pessoal:**

Os gastos com pessoal decompõem-se da seguinte forma:

<b>Natureza</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Remunerações do pessoal	571.389,56	538.106,78
Indemnizações	2.500,00	74,27
Encargos sobre remunerações	126.485,12	118.319,41
Seguros de acidentes de trabalho	8.481,16	5.169,14
Outros gastos com o pessoal	2.422,98	2.941,18
Total	<b>711.278,82</b>	<b>664.610,78</b>

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 51.

#### **16. Acontecimentos após a data do balanço:**

16.1 — Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da Direcção.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

A Direcção detém o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 — Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

**Direcção**

**Contabilista Certificado**